PARECER 037/2019

Parecer ao Projeto de Lei nº 10-L de 14 de janeiro 2019, de iniciativa do Edil José Luiz da Silva César que “Institui o Casamento Comunitário na Estância Turística de São Roque”.

Pretende o ilustre Vereador José Luiz da Silva César instituir o Casamento Comunitário nesta cidade, realização destinada a casais de baixa renda que pretendem formalizar a união civil.

É o relatório.

Inicialmente, é de se verificar a competência do Município para legislar do assunto. Com efeito, o art. 8º da Lei Orgânica do Município de São Roque, dentre outras, atribui ao Município competência para legislar sobre assuntos de interesse local. Ao mesmo tempo, o artigo 9º, incisos II e X, da mesma Lei Orgânica, dispõe que também é da competência do Município “cuidar” da “assistência pública” e promover a “integração social dos setores desfavorecidos”. Portanto, indisfarçável é a competência do município para legislar sobre o tema.

No entanto, ainda que louvável e justificável a presente propositura, sobretudo fundado nos artigos supracitados, temos que o projeto em epígrafe está eivado de vício de inconstitucionalidade, uma vez que imputa obrigações ao Executivo. Salvo melhor juízo, a propositura não reúne condições de prosperar em razão da clara imposição de obrigações ao Poder Executivo, a ferir de morte o princípio da separação dos poderes acima

pela Constituição Federal e pela própria Carta Orgânica do Município de São Roque.

Leia-se que o Projeto de Lei impõe a organização do evento, casamento comunitário, ao Departamento de Bem-Estar Social e aos demais departamentos que se fizerem necessários (art. 1º, PL).

Sem embargo da relevância da preocupação do edil em relação à formalização da união civil e dignidade humana das pessoas menos favorecidas, a propositura ofende as disposições constitucionais de iniciativa, pois, em tese, nenhum óbice haveria se tal propositura fosse originada do próprio Poder Executivo.

A propositura é, pois, inconstitucional, uma vez que o vereador legisla sobre a organização administrativa municipal, criando deveres a determinado órgão público, o que só cabe ao Chefe do Executivo fazê-lo. Há, portanto, nítida afronta, ao princípio da separação de poderes insculpido no art. 2º da CF/88.

Cumpre-nos, todavia, informar que a gratuidade do registro civil de casamento constitui-se em direito fundamental, previsto na Constituição Federal e no Código Civil, arts. 226, §1º e 1512, respectivamente:

Art. 226. *A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.*

§ 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.

Art. 1.512. *O casamento é civil e gratuita a sua celebração.*

*Parágrafo único. A habilitação para o casamento, o registro e a primeira certidão serão isentos de selos, emolumentos e custas, **para as pessoas cuja pobreza for declarada, sob as penas da lei.** (GRIFEI)*

Diante do exposto, por atribuir obrigação ao Executivo municipal, sob o aspecto da iniciativa. o presente projeto de lei padece de vício de constitucionalidade formal, razão pela qual não merece prosperar.

Independente do parecer em questão, o projeto deve receber pareceres da Comissão Permanente de “Constituição, Justiça e Redação”.

Maioria simples, única discussão e votação nominal para aprovação do projeto.

É o nosso parecer.

São Roque, 13 de fevereiro de 2019.

YAN SOARES DE S. NASCIMENTO

Assessor Jurídico

VÍRGÍNIA COCCHI WINTER

Assessora Jurídica